

Vasos incomunicantes

Fernando Pedreira *

A propósito dos escândalos que sacudiram Wall St. nos últimos anos, a revista *Time* publicou há dias uma quadrinha, cujo sentido, em língua de bранco, podia traduzir-se livremente assim:

Que o dinheiro fala

Não posso duvidar.

Ouvi bem quando ele

Acenou para mim e disse:

"Adeus".

Na verdade, o dinheiro não vai embora. Apenas troca de bolso, ou de mãos. É tudo uma questão de *drive* (maneira elegante de chamar a cobiça) e de boa-fé. A aventura dos *junk bonds*, nos Estados Unidos, consumiu mais de uma centena de bilhões de dólares e enriqueceu depressa muitas pessoas. Terminou agora com a falência das principais empresas envolvidas, e a prisão e o indiciamento dos seus grandes promotores.

Alguma semelhança com o que acontece entre nós? Sim e não. No Brasil não há polícia e ninguém foi (nem sera) preso ou indiciado, embora as grandes empresas envolvidas na aventura — o governo, o Congresso, o Tesouro público — estejam falidas. O endereço da nossa Wall St. é Brasília, e o grande emissor de *junk bonds*, no país, é o próprio Banco Central.

Há ainda outras semelhanças que o senador Passarinho (homem de boa-fé, mas sócio respeitável do clube emissor) não parece perceber. Pode-se ler na mesma revista *Time*, edição de 5 de março: "Last minute money grab at Drexel" — assalto de última hora na Drexel. "A firma falida Drexel Burnham Lambert" — diz a revista — "admitiu que, menos de dois meses antes do seu colapso, havia começado a distribuir US\$ 260 milhões a seus empregados. O tamanho deste butim representa mais do dobro da dívida não paga que forçou a falência da empresa. E pior: alguns destacadíssimos membros da firma receberam bônus de mais de US\$ 10 milhões de cada um, num ano em que a Drexel sofreu um prejuízo de 40 milhões."

Eis ai o que deve parecer sem dúvida familiar aos brasileiros que lêm ou leram jornais nestes últimos meses antes da posse tão próxima do novo governo. Basta substituir o nome Drexel Burnham Lambert por Nova República ou, mais simplesmente, Brasil. "Last minute money grab in Brazil", escreveria o redator da revista. "Senado Federal aprova projeto elevando para NCz\$ 300 mil mensais os vencimentos, em fevereiro, dos ministros de Estado. (O salário mínimo, no país, era de cerca de NCz\$ 2 mil). Se confirmada pela Câmara, a nova lei deve provocar uma onda de equiparações, reajustes e aumentos que sobre-carregará fortemente e por muito tempo o já falido Tesouro da República. Mas não é um caso isolado. Em Minas Gerais, por exemplo, os deputados estaduais receberam, em fevereiro, NCz\$ 290 mil. Em março, além deste subsídio, devidamente corrigido, receberão mais uma verba extra individual de 975 mil a ser distribuída entre seus eleitores."

Por que aumentar salários de ministros, agora? Para melhorar o enfraquecido orçamento doméstico dos pobres auxiliares de Sarney, tão dedicados a suas tarefas e tão escrupulosos no trato dos dinheiros públicos? Já não haveria tempo. Ou para fornecer um estímulo pecuniário adicional aos 12 patriotas que vão servir ao novo governo, entre os quais dois colegas de Parlamento do senador Passarinho?

Na verdade, embora o senador, autor do projeto, com certeza não se tenha dado conta disto, seu verdadeiro sentido era outro: elevar o teto, o padrão dos vencimentos da alta burocracia, antes que chegue a hora do aperto. Antes que tome posse a nova administração que, para não naufragar como naufragou a atual, terá que reconhecer a falência do Estado emissor de *junk bonds* e adotar duras medidas para sanear-lhe as finanças e restaurar, na máquina do governo, um mínimo aceitável de eficiência e racionalidade.

Numa democracia (afinal, caímos numa democracia), os governantes e, sobretudo, os congressistas, são os gerentes e os guardiões do dinheiro do povo. Se eles usam seus poderes, como acontece cada vez mais entre nós, para beneficiar a si próprios direta e indiretamente, para elevar os próprios subsídios, nomear parentes e protegidos, criar exércitos de funcionários fantasmas ou simplesmente superfluos, favorecer bandalheiras e falcaturas diversas — que nome se deve dar a isso?

Se esses gerentes (parecidos com os norte-americanos da Drexel) persistem em suas práticas viciosas, mesmo quando se torna evidente que o Tesouro está raspado, quando a inflação descontrolada devora as economias do povo e do país — que outro nome se pode dar a eles senão o de ladrões públicos, assaltantes de um dinheiro que não lhes pertence e que era do seu dever administrar e proteger decentemente?

Há no Congresso, ao lado do senador Passarinho (esperemos que não seja assim no novo governo), um bom número de políticos dignos e pessoalmente estimáveis, que entretanto compactuam, ativa ou tacitamente, com o comportamento imoral da maioria, e são incapazes de erguer-se de público mesmo diante das mais grosseiras trampolinagens ou favorecimentos. Deve-se isto ao *esprit de corps*, melhor, ao espírito de clube (fechado em seus privilégios), que domina as Casas legislativas e na verdade se estende a Brasília inteira.

Brasília, a capital burocrática inventada por Juscelino, erguida à custa de favorecimentos, mordomias e vantagens de toda ordem, é hoje, com efeito, um só grande e rico clube que reúne funcionários, congressistas, governantes, empreiteiros, lobbis-

tas num mesmo círculo social e político, isolado das duras realidades do país, aqui fora, pelos próprios poderes e privilégios dos seus sócios.

O universo desses homens, mesmo os melhores dentre eles, o quadro brasiliense que os envolve e condiciona, acaba tornando-os cegos diante de verdades morais (e físicas também)

que parecem óbvias às pessoas comuns. O mundo dos cidadãos contribuintes, o nosso, é um. O mundo dos cidadãos contribuidos, o deles, o dos que recebem do Estado e manipulam os dinheiros públicos, é outro. Vasos incomunicantes.

Dir-se-á que salários de ministros e subsídios de congressistas são coisa pouca, num país tão grande. Que tudo isso, enfim, toda essa frouxidão moral, todo esse paroxismo de desidio e desordem, é mera consequência do clima inflacionário; cura-se, curando a inflação. O fato, entretanto, é que a ordem histórica é outra. A comilança chegou primeiro; a inflação, depois. O grande impulso inflacionário inicial veio na década dos 50, precisamente com a construção de Brasília.

Nos últimos 11 anos, sob Figueiredo e Sarney, quem soprou a fogueira e fez as chamas da crise chegarem até onde chegaram foi não só a tibieza do comando, a falta de coragem moral e de disposição do presidente para tomar as medidas necessárias, mas também a avidez, a cupidez de funcionários, políticos, empresários e sindicalistas, agarrados a seus privilégios e determinados a arrancar da burra do Estado sempre mais e mais vantagens.

Na hora em que uma nova administração vai instaurar-se, devemos ter esperanças, mas não ilusões. A inflação não é causa — é consequência. O novo presidente, por mais determinado e decidido que seja, não conseguirá grande coisa se não puder mudar a mentalidade hoje dominante quanto ao trato do dinheiro público, o dinheiro da Viúva.

* Jornalista